



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 339 - DE 16 a 30 DE MAIO DE 2007 - R\$ 2,00

O MST e o governo Lula



Abaixo o PAC antioperário de Lula!

Não à reforma da Previdência!

Não ao Fórum Nacional da Previdência!

Fora o arrocho salarial do PAC!

Defesa das reivindicações das massas!

O PED de Lula ataca o ensino público



**Professores-SP
combatem o SPPREV**

**Na Bahia, o PT também
ataca o ensino público**



**CUT e
Força Sindical
se mostraram
estatizadas
no 1º de Maio**

**O acordo de Lula para
a regulamentação
das centrais sindicais**

**Volkswagen: a luta contra a terceirização feita através do
consórcio modular e a necessária resposta às demissões**

O MST frente ao governo Lula

A direção do MST confiava que com Lula na presidência e com o fortalecimento do PT as desapropriações de latifúndios improdutivos e os assentamentos seriam acelerados. Não aconteceu.

Acreditava que se alcançaria um “governo democrático e popular”, que daria expressão às massas e combateria a violência reacionária dos latifundiários. Não aconteceu.

Imaginava que a política de criminalização dos movimentos sociais acabaria ou seria rechaçada. Não aconteceu.

Apostava que o governo de Lula/PT conteria o ímpeto do agronegócio. Não aconteceu.

Tinha a esperança que o Ministério da Reforma Agrária iria mudar os critérios de aferição da produtividade das propriedades, para fins de assentamento. Não aconteceu.

Lula frente ao MST

O que temos visto é um governo que joga com números de assentamento, enquanto milhares de sem-terra sobrevivem a mingua sob lonas, na beira das estradas. Milhares de assentados não têm como produzir, não recebem financiamento e se encontram espremidos pela economia capitalista.

Os assassinatos no campo mostram que os latifundiários mantêm seu poder e recebem proteção da Justiça. Os crimes cometidos não resultam em prisão dos mandantes. As milícias se mostram à luz do dia. Jagunços atacam acampamentos impunemente. Os juízes expedem mandato de prisão a torto e direito.

Lula frente ao agronegócio

O agronegócio não tem o que se queixar da política agrária de Lula. Liberou os transgênicos. Saudou os usineiros como heróis da economia brasileira. Lançou-se à corrida do etanol, confiante na estratégia norte-americana.

Não falta dinheiro para os fabulosos financiamentos. Rola a monumental dívida dos latifundiários, subsidiando-as.

Protege a grande propriedade da terra contra os camponeses pobres.

Impasse do MST

Os sem-terra vivem um momento difícil. O MST não tem como esbanjar apoio a um governo burguês, pró-latifundiário e pró-imperialista. Mas também não tem como romper radical e abertamente com o lulismo.

Há uma vantagem que Lula concedeu ao MST: aumentou as contribuições do Estado. Neste ponto, a direita grita contra o governo. Exige que se feche a torneira e que coloque o MST na ilegalidade.

A dependência financeira estabelece a dependência política.



MST protagonizou ofensiva em Abril

ca.

Existe um outro fator que determina a relação do MST com o governo Lula. Trata-se de setores da Igreja católica. O MST tem raízes profundas na pastoral. O máximo que os padres e bispos da esquerda católica podem fazer é criticar ações do governo. No fundamental, pressionam para que o MST não rompa com o governo e com os vínculos com o Estado, que inclui o parlamento, a democracia burguesa.

Os líderes do MST – Pedro Stédile, Gilmar Mauro, Maria dos Santos, Amorim etc – estruturaram uma corporação fechada, que busca apoio em todos os movimentos, mas que mantém os sem-terra isolados. As influências permitas são a da Igreja dita progressista e do políticos que ainda usam os pobres do campo para fins eleitorais.

Todas essas relações expõem as contradições do MST. Mas o fundamento de todas elas está no programa agrário.

Objetiva-se uma reforma agrária por meio de desapropriação de propriedades não produtivas com indenização e uso das terras griladas ou devolutas pertencentes ao Estado. Assim, não se modificaria na essência a estrutura agrária, que combina a concentração latifundiária com a pequena e média propriedade. Essas últimas, principalmente a pequena, sobrevivem na penúria.

Tal programa levou o MST a apoiar um governo que julgava estar disposto e ser capaz de fazer uma ampla reforma nos moldes concebidos pela direção dos sem-terra.

O que mostrou o “Abril Vermelho”

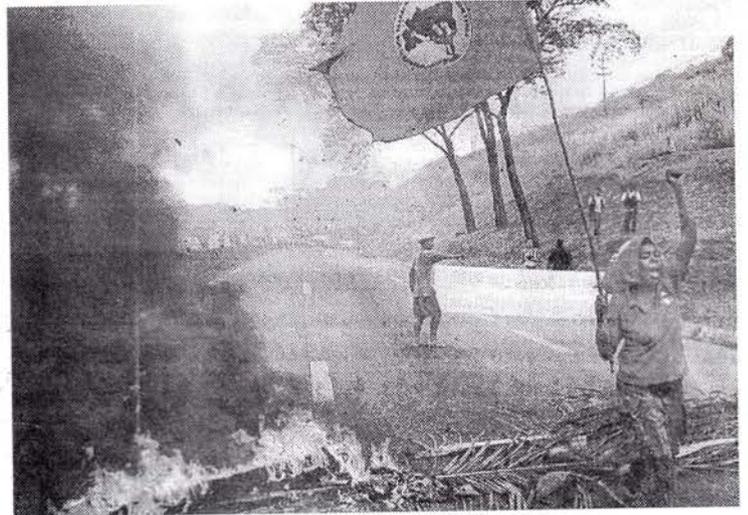
O MST retomou a ofensiva de ocupações, fez manifestações e bloqueios. Indicou que estava paralisado, mas que tem capacidade nacional de mobilização.

Levou ao governo uma carta de reivindicações. Desta vez, Lula não recebeu as lideranças. Estava com o etanol de Bush e dos usineiros na cabeça. Nada de colocar o boné vermelho do

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO



MST bloqueou estradas em sua ofensiva de Abril

MST, do primeiro mandato. Pouca importância Lula deu ao fato do MST apoiá-lo nas eleições de 2006.

Chamou atenção ao fato do "Abril Vermelho" não estremecer o governo.

A polícia e a justiça em cada estado e local se encarregaram de cercar os combatentes e fazê-los retroceder. A juíza do Pontal do Paranapanema pôde indiciar coletivamente cerca de 300 camponeses. A direita acusou o governo de aturar a "baderna" do MST, uma organização semiclandestina e que não quer a reforma agrária, mas sim o radicalismo político.

Lula não se mexeu – simplesmente ignorou o pedido de audiência e fez que não ouviu a grita da reação. Ocorre que a CUT e a maior parte da burocracia sindical estão com o governo. A Igreja reclama, mas depende das benesses do Estado. E o MST está isolado da classe operária. O apoio de camadas da classe média urbana também arrefeceu.

Recuo do MST

Se o governo não amplia e acelera os assentamentos, se as ocupações são desfeitas pacificamente alguns dias depois frente às liminares de reintegração de posse, se cresce o número de acampados à espera da terra e se aumenta a pressão da miséria nos acampamentos, o que fazer então?

O MST enviou uma carta ao governo com a seguinte solução: "Precisamos de um novo modelo de assentamento que amplie o número de famílias assentadas numa mesma área". (Folha de São Paulo, 28/4) A proposta é indecente.

Pretende-se resolver o não atendimento das reivindicações dos sem-terra, encaixando mais famílias numa mesma área.

No sul e sudeste escasseiam as propriedades ditas improdutivas, então onde cabem cem que se coloque muito mais. A média dos lotes é de 34 hectares, então se pode reduzir os lotes para 20, 15, 11 hectares, como já há exemplo em São Paulo.

Quanto menor a extensão de terra, mais difícil a sobrevivência do camponês, mais difícil a produtividade. Apertar o lavrador num retalho de terra e chamar isso de reforma agrária é uma farsa.

Essa proposta do MST é um recuo diante da intransigência do governo Lula. Reflete o impasse da estratégia de sua direção de obter uma reforma agrária por meio de assentamentos e de apoio ao governo de Lula.

Os camponeses devem rechaçar a solução que perpetua a estrutura latifundiária e mantém os assentados em regime de miséria.

Enfrentar o governo e os latifundiários com o programa da revolução

Não devemos desconsiderar os avanços que o MST obteve quanto à organização das ocupações e nem os esforços quanto à coletivização da consciência. Nem se deve menosprezar a força material da aspiração dos camponeses pela propriedade da terra. Mas nenhum desses avanços pode obscurecer a crítica ao programa de reforma agrária do MST e a política de sua direção.

As conquistas obtidas com luta e sangue podem se perder sob a política errada, que permite à burguesia e seu governo lu-

dibriarem as massas e golpeá-las em seguida.

Uma primeira tarefa é a do MST romper com o governo e com a influência da Igreja, que prima pela defesa da propriedade privada dos meios de produção – ela mesma proprietária – e que usa os movimentos sociais para obter vantagens do Estado.

É preciso que se diga que o governo Lula é burguês, pró-latifundiário e pró-imperialista. Os camponeses não conquistarão a terra tendo ilusão no governo e colaborando com o PT, instrumento de perpetuação da grande propriedade.

A política de assentamentos está esgotada. Pode ainda ser manejada pelo governo Lula ou pelos próximos, mas não tem como resolver a expulsão dos pobres da terra e nem reincorporar a maioria expulsa, desempregada e faminta. Os latifúndios "produtivos" e "improdutivos", a agroindústria e o agronegócio e os banqueiros esmagarão cada vez mais os pequenos e médios agricultores.

As ocupações mostraram ser o caminho da luta de classe no campo. O conteúdo reformista da desapropriação com indenização e dos assentamentos neutraliza sua força social. O conteúdo revolucionário de ocupar para expropriar sem indenização os latifúndios e a agroindústria dará ao método da ocupação capacidade de enfrentamento ao capital, ao Estado.

É preciso quebrar o isolamento do MST.

Exauriu em certa medida o apoio de setores da classe média urbana. Em parte se deve às ilusões que esta tinha de que Lula daria solução à situação desesperadora dos sem-terra.

A luta por esse apoio deve continuar. Mas o fundamental é conquistar a unidade com a classe operária. Esta tem estado retraída, apesar dos golpes constantes desferidos pelos empresários (demissões, flexibilização, terceirização). A responsabilidade da burocracia sindical é gigantesca. A CUT serviu de instrumento de formação do governo Lula. Hoje se igualou à Força Sindical direitista.

Estamos diante da tarefa de quebrar o poder da burocracia, que trava o movimento operário. O movimento camponês poderá dar um grande salto nas ocupações no momento em que a classe operária tomar a frente dos combates. Trabalhar desde já pela aliança operária e camponesa e pelo programa da revolução agrária, parte do programa da revolução proletária.

1º de maio

São Paulo : CUT e Força Sindical fazem atos de apoio ao governo Lula

Os atos convocados pela Força Sindical e pela CUT foram de apoio ao governo. No ano passado, a Força Sindical fazia discursos demagógicos para potenciar suas candidaturas (do PDT e de outros partidos da oposição burguesa). Agora, com o Ministério do Trabalho em suas mãos, a direitista Força Sindical passou para o apoio aberto à política do governo Lula. Manteve os sorteios de apartamentos e carros e os shows musicais.

A CUT repetiu o ato festivo (shows), contou com a participação das empresas ligadas ao governo (Petrobrás) e privadas (Bradesco) e reduziu ao máximo os discursos das lideranças sindicais.

Como os atos foram chamados em torno da festa, os participantes recusaram a ouvir os discursos das lideranças sindicais e exigiam a continuidade dos festejos.

O fato das Centrais aparecerem como parte do governo mostra a crescente estagnação do sindicalismo. A política do sindicalismo de resultados, que teve como paternidade a Força Sindical, se estendeu a CUT. A luta pelas reivindicações dos trabalhadores foi substituída pela colaboração de classe. O sindicalismo de colaboração (resultados) é expressão da ditadura de classe da burguesia nos sindicatos.

Na situação presente, o governo Lula e a CUT foram ao encontro da Força Sindical para reforçar a política antioperária, manifestada pelas reformas que retiraram direitos, pelo salário mínimo de fome e pelo desemprego.

O ato da Praça da Sé

O ato convocado pela Intersindical,



Festa pró-governo Lula da CUT em São Paulo

Conlutas e Pastoral Operária foi marcado pela independência de classe. Mas não contou com a classe operária organizada. Foi um ato de maioria pequeno-burguesa (funcionários públicos e estudantes). Parte do MST e do movimento sem-teto compareceu mostrando descontentamento com a política da CUT de submissão ao governo.

As forças políticas que convocaram o ato (PSTU, PSOL e Pastoral) expressam a política centrista e reformista, refletindo o conteúdo do ato de não se colocar por uma resposta proletária aos problemas da maioria explorada (defesa do emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, do salário mínimo vital etc).

Prevaleceu o método de só se expressar no carro de som os convidados pelas forças que convocaram o ato. Falaram os partidos "legalizados" (PSTU, PSOL e PCB) e impediram que o POR utilizasse a tribuna. Trata-se de traços burocráticos, opostos à liberdade de manifestação

e expressão das correntes políticas que intervêm no movimento social. Chama a atenção a conduta dos centristas em relação aos estalinistas (PCB), que utilizaram do ato para defender a estratégia do governo popular (nacionalismo burguês).

O PSOL, que dirige a Intersindical e que arrasta a Pastoral Operária, fez o discurso do sindicalismo (ataque às reformas do governo).

O PSTU misturou o sindicalismo com o palavreado da revolução socialista. Não defendeu a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Não por acaso, exclui a possibilidade do POR se expressar.

A intervenção do Partido Operário Revolucionário

O POR interveio no ato da Praça da Sé. Divulgou um Manifesto e militou em torno do Jornal Massas e materiais políticos (folhetos e revistas). Levantou a faixa de defesa da Revolução e ditadura Proletária e da construção do partido revolucionário. Na passeata, expressou palavras de ordem contra o saque imperialista e contra os ataques dos governos Lula e Serra e de defesa das reivindicações das massas exploradas – emprego, salário, moradia e terra.

Os trabalhadores devem rechaçar o 1º de maio que serviu de apoio ao apoio ao governo e se colocar pela independência das organizações operárias e camponesas. O POR trabalha junto aos explorados para construir a fração revolucionária para derrotar a burocracia sindical traidora.

1º de Maio em Fortaleza

O 1º de Maio foi marcado pela divisão dos atos pela burocracia da CUT, CONLUTAS e a INTERSINDICAL em três locais e atos distintos. O fórum contra as reformas do governo Lula/PT realizou dois protestos: um no bairro do Conjunto Plameira (PSOL, MST e a igreja), outro, sendo o principal do fórum da

frente contra as reformas, se reuniu em frente à Praça do Liceu do Centro (LBI, PSTU, PCR, PSOL, a INTERSINDICAL e CONLUTAS) e depois caminhou rumo à Praça do Carlito Pomplona. E por último, o ato/show da CUT (PT, PCB, PT/DS, PT/O Trabalho etc) no Centro de Fortaleza na Praça do Ferreira.

1º Maio burocrático organizado pela CONLUTAS/PSTU, LBI e a INTERSINDICAL

O ato organizado do fórum da frente contra as reformas (PSTU, LBI, PCR, PCB, PSOL, CONLUTAS e a

INTERSINDICAL) foi rotulado pelo PSTU e LBI como o 1º da CONLUTAS em sua divulgação em materiais e frentes. Além disso, essas correntes políticas procuram e buscam crescer a CONLUTAS através do aparelhamento por dentro do próprio fórum da frente contra as reformas.

O ato e a manifestação de 1º de Maio foram dirigidas e manobradas pela CONLUTAS/LBI e PSTU e quando o POR procurou estes responsáveis para se inscrever os organizadores falaram que já existia um "acordo" de cúpulas entre a CONLUTAS e a INTERSINDICAL em que só poderiam intervir as entidades e as "organizações políticas". Mas o que vimos foi, ao contrário, era uma alternância no microfone entre a LBI e o PSTU através de manobras de oposição em sindicatos (Apeoc, Sindiute etc), como também de uma tal minoria nas categorias, como por exemplo: Apeoc, Sindiute etc, tudo isso com o silêncio e consentimento do PCB, PCR e PSOL.

Por meio dessa manipulação a CONLUTAS não permitiu que a base pudesse se manifestar, como também o POR e a Corrente Proletária na Educação, dos

Servidores e Estudantil. Neste sentido, avaliamos apesar desses artifícios utilizados pelo PSTU e LBI, o 1º de Maio do fórum da frente contra as reformas foi mais politizado do que o 1º de Maio da Conlutas realizado no ano passado.

Essas correntes que defendem a construção da CONLUTAS se utilizam da argumentação de que não existia mais espaço para lutar e se manifestar suas divergências contra o campo majoritário da CUT/Articulação/PT. Porém, o PSTU, LBI etc. reproduzem as mesmas práticas burocráticas da direção atual da CUT. A burocracia sindical da CONLUTAS/PSTU/LBI, travestida de democrática, não passa de outra casta burocrática e outra variante da direção da burocracia cutista, que usam os mesmos métodos e expedientes desta, negam a democracia operária e as divergências que se chocam contra si.

Avaliação do ato da direção governista da CUT

Como já era esperado, o ato organizado pela direção da CUT foi totalmente descaracterizado da luta do movimento

operário, sem que a base pudesse se manifestar, pois foi festivo e assistencialista. O ato/show da direção Cutista teve o apoio financeiro do governo estadual Cid/PSDB e Luzianne Lins/PT, Sesi etc, com isso o ato foi pró-governo.

Qual a tarefa dos revolucionários

A tarefa dos revolucionários consiste na luta diária no seio dos trabalhadores no combate às direções sindicais da CUT, CONLUTAS, INTERSINDICAL e sindicatos, trata-se de um trabalho paciente entre os operários e demais oprimidos. Com objetivo de elevar politicamente o proletariado e formar frações revolucionárias para atuar dentro e fora dos organismos de luta dos explorados, pois só temos este caminho a seguir, ou seja, não existe subterfúgio para tal situação. Não será cindindo o movimento sindical que iremos expulsar e derrotar os agentes da burguesia nos movimentos sociais, a cisão só faz é facilitar a vida da burguesia e da burocracia sindical, vira as costas para milhões de trabalhadores que estão sob a influência desta.

Encontro nacional contra a reforma universitária

O encontro nacional contra a reforma universitária e em defesa da educação pública, ocorrido no dia 26/03, foi parte da atividade do encontro nacional contra as reformas neoliberais ocorrido no dia anterior em São Paulo. Porém, diferente do primeiro, este teve outra dinâmica, com grupos de discussão e a plenária final.

A atividade contou com cerca de 1200 estudantes de várias universidades, que fazem parte tanto da oposição da UNE como da CONLUTE. Por mais que tenha enfatizado a unidade na luta, a frente se configurou como uma organização sem um programa político definido e foi organizada de forma a impossibilitar a participação das bases.

O POR atuou no sentido de colocar a independência da UNE frente ao governo, propondo reivindicações que pudessem elevar o nível de consciência dos estudantes.

As debilidades da organização do encontro e a forma como foi conduzido mostram que não se trata apenas da inexperiência de um primeiro encontro, mas também de um oportunismo burocrático tanto por parte da FOE quanto da

CONLUTE, pois o que se viu é que havia uma clara distância das discussões sobre movimento estudantil, tanto por parte dos estudantes quanto por parte dos organizadores dos grupos de discussão (os últimos aliás foram escolhidos a dedo antes mesmo do encontro) mostrando que não houve uma discussão prévia nas bases sobre o que deliberar e as tarefas do encontro.

Para piorar, o PSTU colocou uma palestra que atropelou o teto e prejudicou o já escasso tempo de discussão dos grupos de discussão.

O clímax do encontro ocorreu no fato de que houve um claro descontentamento por parte dos estudantes sobre o fato de não poderem deliberar nada, pois só as propostas que eram de consenso (entre a direção) é que iriam para a plenária final.

Esse choque entre base e direção se expressou na plenária final quando algumas correntes minoritárias canalizaram esse descontentamento pedindo votação das propostas. Em seguida, quando o setor majoritário (PSTU e FOE) abafou a oposição e começou a retirada de sua base, aqueles mudaram de palavra de ordem pedindo

uma fala, mas não conseguiram o desejado. Para nós, não há dúvidas de o descontentamento de alguns estudantes foi algo real que se expressou nos grupos de discussão, por isso consideramos legítima a manifestação contrária à direção do encontro. Nós, da Corrente Proletária Estudantil/POR, e repudiamos a atitude dessa direção, principalmente por parte do PSTU.

A construção de uma frente para barrar as reformas é necessária e urgente, porém, é preciso deixar claro quais bandeiras colocar para o movimento estudantil no momento em que a direção da UNE já optou em defender a reforma privatista de Lula/PT/FMI. Os estudantes estão carentes de uma direção revolucionária de luta que organize a luta contra a reforma. Para o POR, a principal tarefa agora é construir uma fração revolucionária na UNE, para derrotar essa direção governista no seio do movimento estudantil. E ainda um calendário de mobilização nacional que expresse os interesses das bases estudantis, construído em cada Estado, e um comitê único de mobilização com a garantia de liberdade de divergências.

Dia 23 de maio:

Dia nacional contra a política governamental e defesa da vida das massas exploradas

A Conlutas, Intersindical e Pastorais Sociais aprovaram no Encontro Nacional de março a realização de atos contra as reformas neoliberais. Criaram um Fórum Nacional envolvendo os sindicatos, movimentos de sem-terra e entidades estudantis. Em seguida, a CUT e outras Centrais lançaram um chamado de manifestações, nesse mesmo dia, contra a Emenda 3 e a favor do veto de Lula.

O Jornal do PSTU traz uma convocatória da "Jornada de lutas do dia 23" assinada por todos, incluindo a CUT e a CSC (PCdoB). No editorial, faz uma ressalva dizendo que a CUT assinou, mas "a CUT, MST e CSC não romperam com o governo e tentam evitar que o movimento enfrente Lula diretamente", por isso dizem que é "um risco". E que a Conlutas decidiu como um "dia de luta contra o governo e suas reformas". Concluem com a bandeira de que a CUT, MST e CSC "rompam com o governo".

A convocatória não tem valor prático de luta contra as reformas. A CUT fará manifestação de apoio ao governo. A Conlutas e Intersindical não ultrapassarão os discursos de palanque.

Colaboração com o governo

A CUT diz que fará uma grande mobilização contra a Emenda 3 e a favor do veto presidencial. E pela aprovação das medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O argumento da burocracia sindical é que a Emenda 3 elimina direitos trabalhistas e o PAC visa ao desenvolvimento, investimento na produção e geração de emprego. Para reforçar esses objetivos, foi feita uma nota conjunta com a força Sindical, CGTB, Nova Central e SDS.

Como se vê, o dia 23 de maio, para essa ala da burocracia sindical, é de defesa do governo. A denúncia da Emenda 3 é seguida pelo apoio ao veto de Lula. Mais grave ainda: querem usar o dia da manifestação para exigir mais pressão na aprovação do PAC.

A Emenda 3 é parte da Super-Simples, que nada mais é do que um dos as-

pectos da reforma trabalhista, que destrói direitos fundamentais dos assalariados. A Super Simples foi endossada por todos esses burocratas. O PAC (conjunto de medidas que favorecem o grande capital) penaliza o funcionalismo com a manutenção do arrocho salarial e está assentado na política de manutenção do salário mínimo de fome e na eliminação de conquistas sociais.

As maiores Centrais sindicais conduzirão os trabalhadores na defesa da política burguesa.

Plataforma da Conlutas e Intersindical

O Dia Nacional de Mobilização para a Conlutas e Intersindical está sendo chamado em torno de 7 pontos: 1) Contra a Reforma da Previdência e demais reformas neoliberais; 2) Contra a política econômica do governo Lula; 3) Reestatização da Vale do Rio Doce e demais empresas privatizadas - contra as privatizações; 4) Contra a Transposição do Rio São Francisco; 5) Contra toda forma de discriminação e opressão racial sexista e homofóbica; 6) Defesa do direito de greve; 7) Retirada das tropas brasileiras e de outros países do Haiti/Retirada das tropas estrangeiras do Iraque. No item 2, há reivindicações de aumento do salário mínimo e das aposentadorias, emprego-redução da jornada de trabalho e reforma agrária.

As limitações do plano de luta se devem às diferenças entre o PSTU (Conlutas) e Intersindical (PSOL). Por isso, deixam vago o valor do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho e mesmo a questão agrária. A Conlutas faz campanha pelo salário mínimo do IBGE e a Intersindical por reajuste progressivo. A generalidade é uma forma de um acordo oportunista que não conduz à unidade das massas. As bandeiras anti-imperialistas (como autodeterminação dos povos etc) da Conlutas foram deixadas de lado. As críticas ao governo Lula acabam se colocando no campo do sindi-

calismo e do eleitoralismo. Evitam-se mostrar aos trabalhadores que se trata de um governo burguês e pró-imperialista.

Por um programa de reivindicações e combate ao governo

O enfrentamento às reformas neoliberais se dará no campo da luta antiimperialista e anticapitalista. As reformas da previdência, educacional e trabalhista são exigências do grande capital nacional e internacional. O FMI, Banco Mundial, as multinacionais e as empresas que controlam a rede privada de ensino impõem medidas de redução de direitos, de cortes de recursos à educação pública e de manutenção do salário mínimo de fome. O combate às reformas se choca com essa estratégia geral.

Não é possível derrotar o governo sem se colocar na defesa de reivindicações essenciais das massas exploradas. O salário mínimo vital de R\$ 2.500,00 se choca com o salário mínimo de R\$ 380,00, que condena milhões de trabalhadores e aposentados à fome. O emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho se opõe ao desemprego, ao subemprego e as terceirizações. A expropriação dos latifúndios e a entrega das terras aos camponeses implica soterrar o domínio dos exploradores do campo. Portanto, a luta conseqüente por essas reivindicações fundamentais atinge a classe capitalista e seu governo.

Mas o movimento operário e camponês esbarra na divisão. A unidade é impossibilitada pela política reformista e burocrática das direções. Levantar as reivindicações de expropriação do latifúndio e controle operário da produção são necessários para amadurecer as condições para derrotar a classe burguesa - a propriedade privada. O combate à burocracia sindical pró-capitalista e a independência de classe dos organismos dos trabalhadores são vitais para a luta dos explorados.

Conlutas e Intersindical assinam convocatória com a CUT e UNE

Mais cedo do que se poderia imaginar, o PSTU, que dirige a Conlutas e o PSOL, que dirige a Intersindical, mostraram o quanto sua política de dividir a CUT e criar uma nova Central é aparelhista.

O PSTU vive dizendo que a CUT e UNE são “chapa branca” e que por isso é preciso se desfiliar, formando a Conlutas e a Conlute. O PSOL, por sua vez, endossa essa posição, mas não sabe ainda para que lado vai.

O que significa CUT “chapa branca”? Significa que a burocracia sindical, representada pelo PT e PCdoB, aumentou a estatização da Central, apoiando e se incorporando no governo de Lula. Se é assim, como de fato é, como é possível fazer uma convocatória conjunta para a mobilização do dia 23, que tem por objetivo atacar as reformas do governo?

Unir-se com aqueles que no recente 1º de maio declaram-se fieis ao governo não é uma traição ao objetivo declarado pela Conlutas e Intersindical de independência do movimento sindical?

A justificativa para a fundação da Conlutas não foi a de que a CUT “chapa branca” está esvaziada, não representa mais ninguém e não passa de uma casca da burocracia? Ora, por que então a Conlutas e Intersindical vão ao encontro da burocracia petista e pecebista da CUT e UNE?

No editorial do Opinião Socialista “Agora é Preparar o dia 23 de Maio”, o PSTU não explica por que razão a Conlutas decidiu assinar uma nota conjunta com a CUT e UNE. Apenas se refere ao “risco” da CUT e UNE evitarem que o dia 23 seja de enfrentamento a Lula.

Se o PSTU sabe desse risco, por que então se uniu com os bu-

rocratas? É correto a uma política revolucionária correr esse risco? É correto aceitar a assinatura dos traidores da classe operária e dos estudantes em um texto cujas bandeiras não concordam e as combatem abertamente? Não é correto. Não se deve permitir que a burocracia se mascare das reivindicações que rechaçam no dia a dia.

O editorial conclui que a maneira de evitar o “risco” é defender o rompimento da CUT com o governo. Aí está a fraude do PSTU. Não deveria ter assinado a nota conjunta e dito claramente que a CUT, UNE e MST continuam apoiando o governo e que por isso não lutariam contra as reformas. Assim, teria sentido a bandeira de romper com o governo.

Qual o sentido dessa bandeira? Justamente a de mostrar à classe operária e camponesa que a burocracia que controla a maior parte dos sindicatos e do movimento camponês está com o governo e serve-lhe de correia de transmissão da política burguesa.

O PSTU lança tardiamente a bandeira de a CUT romper com o governo, porque sua posição era de se desfiliar da Central e de formar a Conlutas. Agora que se vê na condição de assinar uma convocatória com a CUT, para mascarar sua política divisionista e sectária, está obrigado a pender para o oportunismo. Ou seja, a bandeira de que a CUT rompa com o governo acoberta a vergonhosa assinatura da convocatória e expõe seu reconhecimento de que a CUT e a UNE não são uma simples casca vazia.

A vanguarda e os trabalhadores devem rechaçar a assinatura da convocatória unitária Conlutas, Intersindical, CUT e UNE.

A máfia dos bingos, o Judiciário e o Estado burguês

Para o desespero da mídia burguesa que alimenta a ilusão de que a “Justiça é cega”, o recente envolvimento de juizes, desembargadores e, inclusive, de um Ministro do Superior Tribunal de Justiça no caso de corrupção dos “bingos e caça-níqueis”, reforça o entendimento dos trabalhadores de que o Estado burguês é constituído por relações corruptas. A corrupção é o óleo que permite que as engrenagens do aparelho estatal não se desgastem e possam funcionar “corretamente” (isto é, servindo aos interesses das frações capitalistas).

Reforça também a compreensão que a chamada separação dos “três poderes” (Legislativo, Executivo e Judiciário) reflete tão somente os interesses das castas parasitárias que vivem das riquezas produzidas pela classe operária, dividindo-se numa infinidade de cargos e funções, com pouca ou nenhuma vinculação a necessidades reais da imensa maioria da população. Na prática, quando se trata dos interesses burgueses, os três poderes comparecem em unidade orgânica. São um só corpo agindo disciplinadamente. Os casos de corrupção só têm evidenciado tal unidade e mostrado os mecanismos que a sustentam.

A crise política do governo Lula (o “mensalão”), no primeiro mandato, expôs as ligações entre o Executivo e o Legislativo: estava lá a corrupção sistemática fazendo com que o Governo “andasse”. Projetos, emendas eram aprovadas de acordo com o recebimento de propina. Não era uma corrupção fortuita, era um esquema bem montado, que permitia a proclamada “governabilidade”. Agora, a “máfia dos jogos” trouxe a público a ligação dos membros do Judiciário com o mesmo tipo de corrupção: propina em troca de decisões favoráveis. É óbvio que as investigações conduzidas pela Polícia Federal não serão le-

vadas às últimas conseqüências: em última instância, os primeiros que favorecem a “máfia dos jogos” são o Executivo e o Legislativo, são esses dois poderes que arbitram sobre o que é e ou que não é ilegal. Sabemos que com um único projeto, todos os “bandidos de ontem”, podem se tornar os “empresários de amanhã”. A “ética” dos “Três Poderes” é determinada pela força das frações burguesas –, muda conforme a alternância dos interesses das frações dominantes.

A destruição do Estado burguês através da Revolução Socialista é condição para que o poder político retorne à imensa maioria da população, para que a democracia de fato se realize. A experiência da Comuna de Paris, analisada por Marx, ou da Revolução Russa, levada pelo Partido Bolchevique nos primeiros anos da Revolução, demonstra cabalmente que não há necessidade de separação dos poderes. As assembleias, comunas, soviets são organismos que permitem a unidade das tarefas de discussão, deliberação e execução das propostas. Ao mesmo tempo, é a própria população armada que vigia o cumprimento das regras estabelecidas de forma democrática. Opondo-se ao pesado parasita que hoje “tampa os poros da sociedade” – o Estado burguês –, Marx, Engels e Lênin puderam analisar e descrever o Estado Operário como um verdadeiro instrumento no interesse da maioria.

Por isso, é nossa tarefa propagandear a farsa da constituição do Estado Burguês, lutar por sua destruição violenta através do levante das massas, rumo à ditadura proletária. Para isso, defendemos já a constituição dos Tribunais Populares para julgar todos os crimes da burguesia, inclusive, os relacionados à corrupção. Somente a ditadura proletária (democracia da maioria contra a minoria) imporá o fim dos crimes de corrupção.

Acordo de Lula com as Centrais Sindicais

A nomeação de Carlos Lupi, do PDT, para o Ministério do Trabalho veio no sentido de integrar no governo a Força Sindical. As burocracias da CUT e o PT não ficaram alegres. Mas são pragmáticas, não podendo contrariar as alianças do presidente, tratam de tirar algum proveito.

Há acordo entre CUT e Força Sindical para que o Estado transfira parte do imposto sindical para seus cofres.

O deputado do PDT e cacique da Força, Paulo Pereira da Silva, negociou com o Ministro a edição de uma Medida Provisória que legaliza as centrais e garante seu funcionamento com o imposto sindical. O governo cederia 50% da parte que lhe cabe na divisão do bolo, o que daria cerca de 100 milhões de reais para as centrais.

Segundo o Ministério do Trabalho, a arrecadação de 2006 atingiu R\$ 1.030.808.279,52, sendo que 60% foram para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 20% para o governo. Pelo acordo, o governo ficará com 10% e as centrais com outros 10%.

O imposto sindical é uma imposição aos trabalhadores. Estando ou não sindicalizados, o desconto automático será feito. Vem do tempo do governo Getúlio Vargas, que determinou a regulamentação dos sindicatos objetivando formar uma poderosa burocracia, estatizá-los e controlá-los. Para se constituir a casta de sindicalistas aburguesados, é preciso muito dinheiro e corrupção.

Os burocratas vendidos à burguesia, hoje, se dividem principalmente entre CUT e Força Sindical. Com a legalização e transferência de recursos, os aparelhos menores tendem a se fundir, como no caso da anunciada formação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que juntará a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Social Democracia Sindical (SDS) e Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT).

Inicialmente, parte dos negociadores queria que se estabelecesse como condição para o reconhecimento da central que se tivesse 10% dos sindicalizados do país e que congregasse pelo menos 100 sindicados, distribuídos nas cinco regiões do território nacional. Essa exigência evitaria que a maior parte das ditas centrais recebesse o registro e parte do dinheiro. Mas, finalmente, concordaram com 5%.

Preende-se também criar um Conselho Nacional de Relações do Trabalho, uma forma de dar à burocracia espaço político no Estado.

Até o momento, não sabemos qual é a posição da Conlutas sobre a preservação do imposto sindical e a legalização das centrais. Aceitaria se legalizar nessas condições?

É preciso rechaçar o acordo da burocracia com o governo que reforça a estatização das centrais e dos sindicatos. Abolição imediata do imposto sindical. Que os sindicatos funcionem apenas com a contribuição dos filiados. Fim dos velhos aparatos varguistas, como as federações e confederações. Por uma central que unifique nacionalmente as massas oprimidas em torno da política e do programa da classe operária. Construir as frações revolucionárias nos sindicatos para derrotar a burocracia e conquistar a independência das organizações operárias.

Lei anti-greve

Ao mesmo tempo em que o governo atende aos interesses da burocracia, prepara um projeto contra o direito de greve conquistado pelo funcionalismo. A nova lei irá estabelecer: 1. proibição da

greve em setores considerados essenciais; 2. exigir no caso de greve um número mínimo de funcionamento; 3. contratação de temporários para trabalhar no lugar dos grevistas; 4. assembléia com quórum para decretar a greve; 5. comunicar com antecedência às autoridades quando irá começar a greve.

O governo e a Justiça alegam que a Constituição de 1988 deu liberdade demais aos trabalhadores. É preciso agora arrancá-la com aprovação no Congresso do projeto.

Os burocratas da CUT e da Força Sindical reclamaram que o governo não os chamou para discutir a Medida Provisória, acharam absurdas as medidas, mas continuam com o governo e a negociar com ele seus interesses particulares.

Vemos que a burguesia pisoteia conquistas trabalhistas e políticas da classe operária e dos demais trabalhadores, como o funcionalismo, porque os sindicatos e centrais estão sob o controle de direções corrompidas pela política governamental, pela colaboração com o patronato e pelo rio de dinheiro que rega os grandes sindicatos.

Combater a lei anti-greve de Lula

A bandeira irrestrita de greve e o direito irrestrito de organização independente devem fazer parte de toda luta. Os assalariados terão de enfrentar as leis totalitárias da democracia burguesa para se defenderem da exploração, do desemprego e da pobreza.

O capitalismo regido pela grande propriedade e pelo domínio dos monopólios imperialistas não pode conservar o mínimo das conquistas passadas da classe operária, nem sociais, nem políticas e nem sindicais.

Vivemos o momento de maior estatização dos sindicatos na história da classe operária, processo que começou na era do nacionalismo varguista, que passou pelo intervencionismo do período da ditadura militar e que foi retomado sob novas bases sob a democracia pós-ditadura, fundamentalmente a partir de 1990.

O movimento grevista que rompeu o silêncio imposto pela ditadura militar, que erradicou a intervenção direta do Estado nos sindicatos e criou a CUT em fins de 1980 foi dissolvido pela burocracia que dele se aproveitou para construir o PT burguês e constituir uma ampla casta de dirigentes burocratas. É por isso que o governo Lula e o PT podem acatar a exigência da burguesia de castar o direito de greve do funcionalismo e manter a lei antigreve dirigida à classe operária.

O governo necessita reprimir o funcionalismo porque vai atacá-lo ainda mais para poder governar de acordo com os credores internacionais, com os banqueiros nacionais e com as grandes empresas. A política econômica de Lula é de proteção aos capitalistas e de ataque às massas. O assistencialismo do Bolsa Família é um instrumento para isso. Com o primeiro sinal de retomada da crise econômica, vai abandoná-la. Tem de ser um governo que equipe o Estado para enfrentar o descontentamento das massas. Deixará essa herança ao próximo governo.

Nosso dever é combater em todas as frentes o governo burguês de Lula e a burocracia sindical que serve ao Estado. É preciso fazer uma ampla campanha de defesa do direito de greve. Chamamos a Conlutas a tomar a frente imediatamente por um movimento contra a lei-antigreve de Lula, pelo fim imposto sindical, contra a negociata em torno da legalização das centrais e pela constituição de uma fração revolucionária na forma de uma frente única para expulsar a burocracia da direção dos sindicatos e CUT.

Papa vem ao Brasil para disciplinar Igreja na América Latina

A visita do papa ao Brasil foi apresentada pela imprensa com foco na canonização do Frei Galvão, admitido como primeiro santo brasileiro da Igreja. Mas os objetivos traçados pelo Vaticano para a viagem vão bem além disso.

A missão do papa foi pressionar em favor de uma série de pontos considerados vitais para manter a disciplina do clero latino americano e preservar a influência política, ideológica e econômica da Igreja romana no continente.

Logo ao chegar, ameaçou de excomunhão (perda do direito à comunhão e portanto à salvação após a morte) os políticos católicos que votarem pelo aborto. Sua campanha contra o aborto se junta à proibição dos preservativos, defesa da virgindade antes do casamento, do celibato, enfim, de todo tipo de reacionarismo que a Igreja católica vem reafirmando nos últimos anos. Ao lado disso, busca retomar a ligação entre Igreja e Estado, pela via da educação e do assistencialismo. O governo Lula teve de se pronunciar pela separação formal entre ambos, tamanha foi a pressão para que o governo se submetesse às imposições clericais, que chegaram até ao ponto de exigir o custeio das despesas da viagem de volta à Itália.

Logo a seguir, cinicamente, manifestou-se contrário às posições de clérigos do continente que atuam a partir da chamada "opção pelos pobres", ou em favor de uma suposta "justiça social". Rechaçou a atuação política de setores da Igreja, convocando-os a tomarem como ponto de partida a fé católica e seus preceitos. Em outras palavras, chamou seus subordinados a retomarem o

papel de fomentadores do "ópio do povo", deixando de lado as atitudes reformistas, que podem aliá-los a movimentos sociais, contraditórios com a propriedade privada dos meios de produção. A Igreja romana ainda é um dos maiores proprietários de empresas, terras e capital financeiro.

A ida à Aparecida e abertura da conferência latino americana caribenha de bispos também tem seu papel político-ideológico: ao reforçar o culto à Maria, o papa reafirma um princípio católico contraditório com as religiões evangélicas, que são as que mais têm crescido no continente. As fábulas de dinheiro que as igrejas evangélicas têm movimentado mostram que a Igreja católica tem perdido muito mais que seguidores.

A religião é um instrumento de separação entre o homem e a natureza. Teve papel no desenvolvimento da espécie enquanto meio de observar artificialmente a natureza como algo de fora dela. Nas sociedades de classe, as religiões se ligaram ao Estado e foram manejadas pelas classes dominantes como mais um meio de dominação. O conhecimento dos fenômenos naturais e, principalmente, dos fenômenos sociais, permite ao homem reatar sua ligação com a natureza como parte dela, que sobre ela age e a modifica. A preservação da religião no quadro de desintegração do modo de produção capitalista serve de obstáculo para que os homens tomem seu destino pelas próprias mãos e enterrem toda forma de opressão. As posições reacionárias que o papa exprime são consequência do papel concreto que a Igreja católica desempenha na sociedade atual: uma grande proprietária dos meios de pro-

dução, de capital, e uma agente ideológica poderosa para conter as tendências históricas que se projetam rumo à propriedade coletiva e destruição das classes sociais.

Governo Lula: servilismo aos interesses da Igreja católica

O governo Lula colocou todos os meios à disposição do papa para que ele pudesse defender as suas idéias reacionárias. Amparou com toda a segurança, projetou a visita do papa numa tribuna nacional de forma a que ele a pudesse usar como meio para difundir as posições velhacas.

A declarada separação da Igreja do Estado, falada por Lula, mostrou-se demagógica. O Estado amparou o chefe da Igreja o quanto pôde.

Os objetivos de obter privilégios formais do Estado para com a Igreja (ensino religioso obrigatório nas escolas, sustentado pelo Estado e com salários aos padres, acordos de isenções alfandegárias entre Brasil e Vaticano etc.) não foram alcançados na sua plenitude formalmente. Mas o governo Lula não deixou de oferecer a tribuna ao chefe clerical.

O Vaticano é um dos instrumentos do imperialismo e expressa uma fração do capital financeiro internacional (é um gigantesco proprietário). Colabora com os interesses das potências no seu intervencionismo econômico e militar.

A conclusão que tiramos: Lula foi servil ao papa. Aproveitou-se da visita para obscurecer os problemas que enfrenta (CPI, emperro do PAC etc.) e fortalecer sua posição política. Um governo burguês fiel à Igreja.

A que ponto chega o reformismo petista

Lula elogia deputados por "conseguirem sobreviver com salários de R\$ 12.800,00", enquanto os trabalhadores serão obrigados a sobreviver com R\$ 380,00

No ano passado, quando se debatia um mísero reajuste de 16% sobre o mínimo de R\$ 350,00, os deputados e ministros não hesitaram em propor dobrar os seus polpudos vencimentos. Recuaram diante do escândalo provocado pela grande imprensa e alegaram haver "falta de recursos do Orçamento" para tal aumento.

Hoje, essa camada parasitária recuou de 91% para 29%, porém acrescentou uma gratificação de 5 mil reais, que não precisa ser comprovada com notas fiscais. Ou seja, os 29% viraram 60%, pois os R\$ 12 mil passaram para R\$ 20,6 mil. Dessa forma, esses bandidos acharam um jeito de não causar tanto espanto na classe média. Reduziram o índice oficial para não parecer tão desproporcional em relação ao índice de aumento do salário mínimo. Porém, para contrabalancear essa perda, não deixaram de exigir *benesses*, como a gratificação de R\$ 5 mil e a redução dos dias "trabalhados", como a abolição do trabalho às segundas-feiras.

Mesmo assim, essa proposta continuou causando um mal estar principalmente entre os trabalhadores, pois estão cansados de serem empurrados à miséria por conta de seus salários cada vez menores. Milhões sobrevivem com R\$ 350,00 e com muito sacrifício. Enquanto alugam um cômodo para morar, os ministros e deputados ganham casa, comida, gasolina, etc. É o suor dos trabalhadores que tem sustentado a farra desses parasitas capitalistas e de seus governos defensores do regime de exploração do trabalho. Por isso, o salário mínimo todo ano é motivo de grandes discussões. Nunca poderá ter um valor que represente a divisão da riqueza de um país, pois, nesse regime de exploração, uma minoria precisa continuar sendo sustentada por uma ampla maioria assalariada.

A farsa nessa história de "reajustes salariais" ficou sob responsabilidade do comentário de Lula: esqueceu-se de que um dia foi trabalhador e chamou os ministros e deputados de "verdadeiros heróis" por terem resistido esses meses todos com os "miseros R\$ 12 mil!". De defensor da transparência e da moral no parlamento corrompido, hoje, para manter a "estabilidade" de seu cargo, defende abertamente o saque ao suado trabalho da maioria explorada.

A catástrofe do aquecimento global é mais um sintoma da barbárie capitalista

O relatório do IPCC da ONU, que mostra que o planeta poderá ultrapassar nos próximos anos o aquecimento limite de 2 graus e com isso levar a catástrofes ambientais, levantou o debate sobre a destruição da natureza causado pela emissão de poluentes. As catástrofes de que fala são a inundação de cidades costeiras pela elevação do mar (causada pelo derretimento das geleiras dos pólos), aumento da fome e miséria pela desertificação e salinização de extensas regiões, extinção de centenas de espécies animais e vegetais, e até mesmo da espécie humana.

O debate foi aberto ao redor de que medidas poderiam ser tomadas para evitar a catástrofe. O Protocolo de Kyoto, não assinado pelos Estados Unidos, maior poluidor do planeta, mostrou-se absolutamente impotente para breçar o fenômeno. Mesmo que os EUA tivessem assinado o acordo, trata-se de um termo de limitação muito parcial da poluição e de punição econômica aos poluidores: basta pagar as multas e se pode continuar poluindo à vontade.

Alguns técnicos se alvorçaram em fazer contas e apresentar planilhas de custos de como seria possível amenizar a

situação. Chegaram a apresentar possibilidades intermediárias de elevação da poluição com baixos custos, que dariam ao planeta mais dez ou vinte anos de vida. A solução mais radical, que estabilizaria o aumento da temperatura em 2 graus, custaria 2% do PIB mundial, algo em torno de tudo o que o Brasil produz em um ano.

Hoje, 80% da energia mundial vem dos derivados de petróleo. As bolsas de valores mundiais têm uma dependência parasitária em relação a essa matéria-prima básica. As potências gastam centenas de bilhões de dólares para realizar guerras de ocupação para garantir a produção e preço do minério. O capitalismo decadente depende do petróleo para existir. A política de Bush de estímulo ao biocombustível pretende transformá-lo em mais uma peça da jogatina das bolsas de valores, não no substituto imediato do petróleo, do qual os EUA são o maior consumidor mundial. O fato de que esse "estímulo" leve à destruição da produção alimentícia e sua substituição pelas fontes de etanol não preocupam o imperialismo.

Há grupos econômicos que têm estimulado as campanhas de preserva-

ção ambiental porque têm interesse no mercado de antipoluentes: calculam-se em 900 bilhões de dólares os gastos necessários para estancar a temperatura. O pior é que grande parte das direções sindicais já se manifesta em favor dessas políticas e procura arrastar as massas a apoiá-las.

A destruição iminente do planeta inteiro pela exploração capitalista aparece no horizonte. A única forma de impedi-la é trabalhar para que se realize a revolução socialista, que porá fim ao processo de acumulação de capital a partir da exploração do trabalho e condicionará a economia de acordo com as necessidades coletivas.

O planejamento econômico compatível com as necessidades coletivas e com a preservação da natureza só é possível na sociedade comunista mundial. A classe operária é a única classe que poderá salvar o planeta do desastre previsto pelos cálculos dos especialistas, que não dizem toda a verdade, por estarem vinculados aos interesses das potências. Faz parte do programa da revolução proletária conter a destruição do homem e da natureza pelo capitalismo em decomposição.

Política ambiental é mais um elemento de crise do governo Lula

Um dos entraves à aplicação do PAC do governo Lula tem sido a atuação do Ibama, que tem atrasado a liberação para início de obras como usinas elétricas, estradas ou áreas exploratórias em regiões protegidas ambientalmente.

O PAC já continha elementos de contradição e choques entre as frações capitalistas, umas beneficiadas, outras deixadas de lado pelo plano governamental.

Lula pressionou publicamente sua Ministra Marina Silva a desobstruir a liberação de autorizações para início de obras. Afinal, o PAC é a "menina dos olhos" do governo

Lula, que dele depende para contornar a crise política e atrair as frações burguesas descontentes com o fraco desempenho econômico nacional. Para Lula, já bastam os ataques ao PAC e seu emperramento no Congresso, resultado de ações da oposição burguesa, mas, principalmente, da própria base aliada, que o ataca com centenas de emendas. As ameaças de Lula em destituir a ministra surtiram efeito. Esta acatou a orientação de dividir o Ibama para facilitar a expedição do certificado de liberação da obra.

A chamada "proteção ao meio ambiente", pretendida por Marina Silva

como contenção à devastação que tem sido realizada na Amazônia, esbarra nos interesses imediatos dos capitalistas, que precisam obter a valorização do capital através de investimentos públicos e obras. Um governo burguês não pode nem nunca poderá proteger efetivamente o meio ambiente em contradição com os interesses capitalistas.

A proteção efetiva do meio ambiente depende da força da maioria oprimida organizada em seu próprio governo, no Brasil um governo operário e camponês, para conter a sanha dos capitalistas em devastar tudo em favor da preservação dos seus lucros.

O PDE de Lula

O MEC criou um novo “método” de avaliação de aprendizagem, chamado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Resultado da aplicação: a média ficou em 3,8, em uma escala que vai de 0 a 10. Diante desse descalabro, estabeleceu-se uma meta – para os alunos de 1ª a 4ª série, de 3,8 para 6; para os da 5ª a 8ª, que atingiram apenas 3,5, deverão chegar aos 6 pontos, em 2025. Os tecnocratas do MEC deixaram entusiasmados os formadores de opinião e os tais planejadores.

A constatação de que os alunos da escola pública pouco aprendem ou nada aprendem não é novidade. O termo “analfabetismo funcional” é-nos conhecido há muito. No entanto, a avaliação governamental foi apresentada como descoberta.

A razão inovadora: revelar as causas e implantar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), concebido pelo ministro Fernando Haddad. Ponto de partida: sabe-se que as condições sociais atingem a aprendizagem, no que se refere aos estudantes e professores.

Quanto às crianças, acredita-se que o programa assistencial Bolsa Família está ajudando a suprir a miséria; quanto aos professores, que a implantação de um piso salarial de R\$ 850,00 resolverá em grande medida o problema. Os arquitetos do PDE valem-se dessa crença para assim chegarem à grande descoberta: falta de recurso para a educação não é problema, a miséria da meninada está sendo resolvida com o assistencialismo, os professores do norte/nordeste serão brindados com o novo piso nacional, logo falta apenas mexer num dos números da equação, ou seja, a gestão escolar, a qualificação e avaliação dos docentes.

Segundo o governo, esses três aspectos estão ligados, e compõem como nó da crise do ensino. Guiam, portanto, as diretrizes do PDE. Os recursos serão distribuídos segundo o mapa do pouco rendimento escolar; os diretores terão de ser centralizadores e os professores serão avaliados. Um grande destaque: as escolas mais produtivas serão premiadas com mais recursos.

Está instalado o grande novo método que distingue as escolas em que os alunos aprendem das que não aprendem. Parece que seis anos de experiência do programa Nova Escola, aplicado no Rio de Janeiro, não serviram ao MEC. O princípio é o mesmo do PDE. As escolas avaliadas como positivas eram premiadas com gratificação aos professores. Foi um desastre. Quem faz esse julgamento é o secretário de educação desse estado.

Aplausos do ex-ministro Paulo Renato e empresário da educação. Aplausos de todos. Enfim, Lula se mostrou convencido da necessidade de aplicar rigorosamente a orientação do Banco Mundial.

As medidas traçadas pelo governo FHC fracassaram. Sobrou a avaliação. Método que serviu ao governo Lula para descobrir que há anarquia organizativa da escola, que, segundo essa linha, é preciso instruir diretores que funcionem como inspetores, que a escola deve funcionar segundo padrões de gestão empresarial, determinação de metas, avaliação do trabalho dos professores individualmente e da unidade escolar.

Como se pode ver, por detrás do Sr. Haddad estão os tais dos planejadores,

Adquira com o distribuidor deste jornal:

O Fundeb e a crise da educação no Brasil



Resposta proletária à falência do ensino

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

que chegaram à conclusão que o grande culpado das crianças e adolescentes não aprenderem é o professor, desqualificado e com pouca vontade de trabalhar (muitas faltas).

Os analistas menos diplomáticos vão bem longe – acham que é preciso acabar com a estabilidade dos concursados e com a distribuição geral de aula. Querem que cada unidade funcione como empresa; os moldes da escola privada, com um patrão que admite e demite já estaria bom. Está aí centralização e o poder patronal do diretor.

A estrutura empresarial está voltada para os ricos, que se alimentam excelentemente bem e têm tudo ao seu alcance. Os professores têm salários diferenciados. A escola pública, ao contrário, abarca a grande maioria dos pobres, o salário dos professores chega à média de 3 salários mínimos, por 30 horas de trabalho semanais, no melhor dos casos, como em São Paulo.

Portanto, a gestão empresarial da escola, a distribuição de verbas e a avaliação dos professores funcionam como repressão. Para que seja assim, os docentes devem perder a estabilidade, todos concorrer no estreito mercado e perder o posto, segundo avaliação de um diretor, que por sua vez estará nas mãos de um supervisor etc.

O PDE do governo dirige-se a acabar com importantes conquistas do magistério público, sem resolver o dilema da não aprendizagem. A maioria das crianças continuará na miséria, os professores ganhando pouco, enfrentando inúmeras classes com 50 alunos cada, muitas vezes lecionando em várias unidades e não podendo continuar seus estudos (o governo vale-se da mentira da qualificação on-line, ensino a distância).

O PDE é mais uma fraude contra a educação pública e um ataque ao trabalho dos professores. Trata-se de denunciar os problemas centrais da educação, rejeitar o mercantilismo, o dirigismo empresarial e lutar pelas condições sociais das massas exploradas, raiz da não aprendizagem. Onde há miséria e fome não tem como vicejar a escola.

SP-PREV: mais uma etapa da reforma da Previdência

O governador de São Paulo apresentou à Assembléia Legislativa os PLCs 30, 31 e 32 que dizem respeito à reforma da Previdência. Essas medidas têm como objetivo transferir mais de 200 mil funcionários públicos para o Regime Geral de Previdência (INSS), limitar os direitos aos pensionistas e aumentar as contribuições dos servidores.

A manifestação massiva dos professores no dia 25 de abril fez com que o governo abrisse negociação com os sindicatos e desse um passo atrás em relação ao repasse dos contratados pela lei 500 ao INSS. Nessa ocasião, foi votada em assembléia a proposta de greve (defendida pelas correntes minoritárias de esquerda) e a de nova assembléia para o dia 4 de maio para avaliar as propostas do governo e o problema da greve (defendida pelo PT, PCdoB e PSOL). O PSTU ficou no meio do caminho, com a proposta de assembléia no dia 2.

No dia 4, a assembléia já não era massiva. A burocracia da Apeoesp não fez nada para convocá-la e os professores ficaram iludidos com o recuo do governo e com as possibilidades de novas negociações. Com isso, a proposta de greve não teve aceitação. Nessa ocasião, o PT, PCdoB, PSTU e PSOL se juntaram contra a greve. A Corrente Proletária votou pela greve, mas com a avaliação de que havia uma retração dos professores. Foi aprovado um ato no dia 10 juntamente com os outros setores do funcionalismo, uma plenária geral com todos os representantes de escola (dia 15) e nova assembléia no dia 23.

O ato do dia 10 foi pequeno, a participação dos professores foi muito reduzida, a maioria dos presentes era da saúde e de alunos da USP (que haviam ocupado a Reitoria exigindo o fim dos decretos de Serra que anulam a autonomia das Universidades).

Por sua vez, o governo enrijeceu, depois da negociação em que acenou com uma carência de 90 dias para os contratados que perderem o vínculo. Portanto, a perda do vínculo com o Estado por um período superior a essa carência significa a transferência para o INSS, bem como para os novos contratados. Ao mesmo tempo, nega-se a pagar a volumosa dívida contraída com o IPESP. Esperou a desmobilização do setor da educação para anunciar o fim das negociações e a votação na semana do dia 15.

Antecipar a assembléia

O dia 23 está muito distante, diante da ofensiva do governo de votar a SPPREV nos próximos dias. Por outro lado, a antecipação de uma assembléia requer muito empenho da direção do sindicato e dos ativistas para que seja massiva. O sindicato tem todas as condições e recursos para mobilizar uma assembléia. Basta que haja disposição política.

Tudo indica que a semana de 14 a 18 será decisiva. O governo conta que a burocracia do sindicato não fará nada para reverter a desmobilização e aposta na divisão dos professores (efetivos e contratados).

A derrota do governo depende da remoção desses dois obstáculos: a burocracia e a divisão nas escolas.

A vitória dos funcionários públicos implica a unidade de todos os setores, assembléias massivas e a disposição firme de

aprovar a greve.

Serra e Lula fazem o jogo de empurra e empurra

Serra acusa Lula de exigir a criação da SPPREV, caso contrário não conseguiria renovar junto ao Ministério da Previdência o seu Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). Sem isso, diz o governador, ficaria impossibilitado de receber recursos da União e de fazer empréstimos de bancos estatais. Por sua vez, Lula e o Ministro da Previdência, Luiz Marinho, denuncia Serra de não cumprir a Constituição, pois não repassa para o INSS o que arrecada como contribuição dos funcionários contratados pela Lei 500. Portanto, há interesses de Serra de ficar com o dinheiro dos contratados e existe uma pressão para que esse dinheiro fique nas mãos do governo federal (INSS). Essa troca de farpas entre o estado e a federação é coisa antiga. A Constituição citada por Marinho é de 1988. A forma de contrato pela lei 500 é de 1974. Já na primeira fase da reforma da Previdência, 1998, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) já citava o problema, mas, como estavam no governo de São Paulo, nada foi feito.

Os servidores devem rechaçar esse jogo de empurra e empurra, porque se trata de disputa interburguesa pelo orçamento do Estado. Não devem se apoiar na conversa de Serra, que diz que é a favor da inclusão dos contratados na SPPREV, porque se fosse de fato favorável poderia fazer um decreto concedendo a estabilidade a todos que estão nos serviços públicos. Também não podem cair no conto do vigário de que o INSS precisa da contribuição dos contratados. O rombo do INSS diz respeito à sonegação dos patrões, à flexibilização do trabalho e a enorme corrupção.

Mas o funcionalismo tem de ter uma certeza: Serra e Lula estão juntos na implantação da reforma da Previdência. Nisso não há desacordo. Querem eliminar os direitos, elevar a idade para a aposentadoria, cortar as pensões e aumentar as contribuições dos servidores. Está aí por que dizemos que as rusgas entre um e outro nada têm a ver com os interesses da maioria explorada de funcionários públicos.

Nenhuma negociata com governo e parlamentares.

Tomar as ruas para derrotar o governo

Há desconfiança dos professores em relação à diretoria da Apeoesp. As experiências revelam que a diretoria tende a se descolar das reivindicações aprovadas coletivamente e atuar por conta própria, fazendo acordos com o governo. O setor de oposição que compõe a diretoria, PSTU, que geralmente inicia as campanhas de forma radicalizada e se opõe à burocracia da Apeoesp, acaba se soldando a ala majoritária. Essas experiências amargas permanecem vivas nas escolas.

Com a alteração do PLC 30, a burocracia cantou: "a vitória da categoria". O que causou muita confusão no meio do professorado. Não foi capaz de mostrar que a batalha não estava ganha. Não fez a vinculação do projeto de previdência com as reivindicações da campanha salarial. Portanto, para os buro-

cratas bastavam algumas emendas para que toda a mobilização fosse encerrada. Mas o governo retomou a ofensiva.

Os trabalhadores da educação e os servidores não podem baixar a guarda. A burocracia sem a pressão das bases negociará perdas.

Só há uma certeza: a luta direta impõe derrotas aos governos

As negociações entre sindicatos e governo, sem a luta direta do funcionalismo, não levam a lugar nenhum. O governo só ouve as direções sindicais quando os trabalhadores estão nas ruas ou em greve. Foi assim com o PLC 26, que demitia todos os contratados e foi assim no dia 25, quando os professores realizaram uma gigantesca paralisação e manifestação de protesto. O passo atrás do governo em relação à inclusão dos contratos na SP-PREV se deveu à mobilização e à ameaça de greve.

O método dos trabalhadores é o da ação direta (manifestações, greves, ocupações, bloqueios). O método da pressão parlamentar, por meio de emendas ao projeto do governo, não é próprio da classe trabalhadora, porque implica negociações entre partidos do Parlamento (Assembléia Legislativa), que estão lá para legislar contra os interesses da maioria explorada e na defesa da propriedade privada dos meios de produção.

Por isso, a arma dos servidores para enfrentar os governos é sua força coletiva, sua unidade e seu método de ação direta.

A reivindicação de retirada do projeto da SP-PREV tem como essência o combate à reforma da Previdência. O caminho é o da greve unitária. Para isso, é fundamental pôr em prática as assembléias conjuntas do funcionalismo. Os professores são a maioria e devem fazer um chamado de unidade grevista para derrotar a ofensiva de Serra. Pesa sobre essa posição o fato dos sindicatos serem dirigidos por direções burocráticas e apoiadoras do governo.

Unir o combate contra a SP-PREV à defesa do emprego e do salário

A situação da classe trabalhadora na Bahia

A luta de classe no estado da Bahia, como nos demais estados do Brasil, tem se intensificado, dada a monumental crise estrutural do capital. No estado da Bahia, aproximadamente cinco meses de mandato do governo Jacques Wagner os servidores públicos estaduais escutam a mesma cantilena "estamos num momento de transição". Os servidores já se cansaram desta fórmula, mudando a faixa da música e saindo as ruas para demonstrar sua indignação, e insatisfação com a situação a que estão submetidos.

Os professores da educação básica e das universidades estaduais da Bahia estão em constante processo de paralisação, podendo culminar numa greve por tempo indeterminado caso não sejam atendidas suas reivindicações imediatas, como a defesa dos salários. No caso das escolas de educação básica, eleições para diretores contra o critério de indicação política. Os discentes que não querem que os reitores sejam vulneráveis as vicissitudes dos governos, que os transformam em suas caixas de ressonâncias. O piso salarial dos professores da Educação

Básica está em torno de 340 reais, abaixo do salário mínimo de fome do governo Lula.

A campanha salarial mal havia começado e foi atropelada pelo decreto de Serra. Todas as forças se voltaram contra as PLCs 30, 31 e 32. Mas o governador já havia anunciado que o reajuste estaria vinculado à avaliação desempenho e, a partir disso, não deu nenhuma resposta às reivindicações da assembléia de professores. Foi aprovado o rechaço à avaliação desempenho e ao reajuste diferenciado.

Fica evidente de que não é possível separar a SP-PREV da defesa do reajuste salarial e do emprego a todos. Não dá para aprovar uma greve sem colocar o problema do salário, das condições de ensino e trabalho e da estabilidade para os contratados.

A Corrente Proletária defende:

1. Retirada das PLs 30, 31 e 32. Fim da reforma da Previdência. Defesa de um sistema único de previdência estatal, sob o controle dos trabalhadores;

2. Rechaço ao reajuste diferenciado e a avaliação desempenho. Defesa do salário mínimo vital, que nenhum professor ou trabalhador ganhe menos que o piso necessário para uma família de 4 pessoas, que está em torno de R\$ 2.500,00;

3. Fim do desemprego, do fechamento de escolas/salas de aula e das salas superlotadas. Defesa do emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada de trabalho, sem redução do salário);

4. Efetivação imediata de todos os professores contratados através da estabilidade;

5. Rejeição de todas as medidas governamentais que retirem ou flexibilizam direitos;

6. Combate à reforma educacional que vem sendo imposta pelos governos a mando do FMI e Banco Mundial. Rechaço a farsa do PDE do governo Lula;

7. Defesa de um sistema único de ensino gratuito, laico e vinculado à produção social. Estatização de toda rede de ensino, sob o controle dos trabalhadores e estudantes. Que nenhum jovem esteja fora da escola e do trabalho – 4 horas no trabalho e o restante na escola.

O custo de vida na Bahia, particularmente em Salvador, é muito alto, sendo, portanto impraticável viver com esse mísero teto salarial.

Os professores da rede estadual têm realizado periodicamente assembléias e estão paralisados desde terça-feira, dia 08 de maio, com indicativo de greve por tempo indeterminado para o dia 25 de maio. Na primeira negociação com o governo, o mesmo ofereceu uma contra proposta muito aquém da pauta de reivindicação exigida pela categoria. Do reajuste de 17,28%, o governo ofereceu 3,3% com diferenciação para quem tem base salarial menor que o mínimo.

Os professores das Universidades Estaduais também estão passando por momentos difíceis, com baixos salários, sem contratação de professores que fizeram seleção para substituto. Tudo indica que crescerá a mobilização dos trabalhadores de educação. Está colocada a defesa da unidade na luta para enfrentar o arrocho do governo petista e seus ataques à democracia na educação.

As universidades federais e as medidas draconianas do governo Lula

Circula no cenário nacional um projeto de reorganização da função da educação superior que atenda às necessidades impostas pelas políticas neoliberais, e o imperialismo norte-americano a quem o governo brasileiro está completamente submetido. Essas medidas estão contidas no bojo da reforma universitária em curso. Há aproximadamente uma década que prevalece, no âmbito das políticas nacionais, a idéia que o país deve se tornar um competente aplicador de tecnologias para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao sabor dos interesses do capital, sendo portanto, um desperdício manter um regime de dedicação exclusiva e a manutenção do preceito constitucional a que as universidades federais estão assentadas, que é o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

No segundo mandato do governo do governo, Lula fora amplamente anunciado e está sendo lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), inserindo as ações que reordenam o papel das universidades Federais ao sabor de indigestos pratos.

O programa REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) pretende redesenhar o papel das IFES, constituindo-se uma profunda ameaça à universidade pública, porque reduz as verbas federais e introduz órgãos superiores que duplica o número de matrículas, sem abrir concursos para contratar adicionais efetivos de docentes e demais servidores. Outro aspecto

deste programa reside no aumento da taxa de conclusão média dos cursos de 4 para 5 anos, sem investimentos adicionais.

O cumprimento das metas com o financiamento proposto pelo programa de reestruturação se baseará na oferta de um ciclo básico polivalente no estilo da "Universidade nova". Para declinar ainda mais a situação das universidades públicas federais, foi criada uma portaria interministerial Nº 22 MEC/MP, de 30 de Abril de 2007, instituindo o chamado "banco de professores equivalentes", que permite realizar concursos para professor de 3º grau e contratar professores substituto, dando aos docentes um peso bem diferenciado segundo sua condição de trabalho, ou seja, um docente em dedicação exclusiva vale um pouco mais que 3 professores em regime de 20h, 4 docentes em 40h equivalem a 5 professores substitutos, todos em regime de 40h ou a 10 professores substitutos em regime de 20h.

A grande e profunda contradição no projeto de expansão das Universidades Federais, mesmo amparados na imoral proposta de **professores equivalentes** não tem sustentação pois o PAC limitou por 10 anos a expansão das folhas de pagamento a apenas 1,5% ao ano. Tornando-se cada vez mais arrojado e mingüado o salário dos docentes, e servidores federal, sem perspectivas de aumento por uma década.

A falência da educação no Brasil e na Bahia

No dia nove de maio, o ministro da educação, Fernando Haddad, apresentou o PDE e, na ocasião, lançou a reedição piorada do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), marca do primeiro mandato do governo Lula em 2003. Constata-se que esse programa, em sua primeira versão, não teve impacto sobre o alto índice de analfabetismo nos rincões do país.

O estado da Bahia, segundo dados oficiais, campeia o mais alto índice de analfabetismo do país, um pouco mais de dois (2) milhões de analfabetos; dos 417 municípios que constituem o estado, 126 municípios apresentam índices de analfabetos entre 30% a 40% da população, 96 municípios com mais de 40% da população analfabeta e 38 entre 20% a 30%. Eis a exposição dos quadros mais alarmantes, segundo os dados oficiais. Os números podem ser até bem maiores do que estes apresentados, portanto, todas as campanhas feitas até o presente momento não têm conseguido reduzir a elevada taxa de analfabetos no País, particularmente no nordeste, que apresenta os dados mais alarmantes, não sendo, portanto, nenhuma novidade no cenário brasileiro.

É conveniente a lógica perversa do capital manter a grande maioria da população em condição de ampla e profunda ignorância, reféns de "ações e programas paliativos que nem sequer alteram os dados quantitativos. A avaliação do governo após as eleições é que o programa intitulado "Brasil Alfabetizado" não impactou sobre o cenário de analfabetismo no Brasil. Na nova versão do "Brasil alfabetizado" há uma redução da já vergonhosa bolsa de alfabetizadores que passará para 200 reais, sendo que 75% destes alfabetizadores têm de ser da rede estadual ou municipal.

É um verdadeiro conto de fadas, há uma profunda carência de professores, particularmente no nordeste. Os estados e municípios não fazem concursos, e quando o fazem não oferecem

vagas que atendam às reais necessidades.

Outro ponto nevrálgico do programa é o repasse direto para os municípios, será a nova "caixa preta" do financiamento da educação. Sabe-se muito bem como a grande maioria dos gestores municipais trata a educação de jovens e adultos, sobretudo os programas de alfabetização, como cabides de emprego, arregimentando pessoas indicadas, compadriadas, para assumirem tais programas, um verdadeiro cabide de emprego.

É um verdadeiro faz de conta. O resultado é o povo mais analfabeto e subserviente aos lacaios do capital.

Bahia é um dos estados com a mais alta concentração de riquezas. Por um lado ocupa a 6ª economia do país, e, de outro, se encontra no 22º lugar em índice de pobreza e miséria. Diante do quadro acima, o governador Jacques Wagner lança o programa "TOPA-TODOS PELA EDUCAÇÃO" segundo o mesmo com o objetivo de reduzir em 50% os índices de analfabetismo na Bahia até 2010.

Como se observa, o governador mal parafraseou o TOPA TUDO por dinheiro. Só que no caso da educação, é um chamado a práticas de voluntariado, típico da política neoliberal.

Os representantes do MEC se reuniram com as Universidades públicas do estado e tiveram o descaramento de culpar as universidades públicas, que estão caindo em pedaços. Querem transferir a responsabilidade do governo Federal, estadual e municipais para as universidades, que no atual contexto de crise estrutural do capital, não conseguem desenvolver o ensino, menos ainda a pesquisa e extensão.

Os trabalhadores devem rechaçar o PDE da educação do governo LULA e sua expressão no Programa TOPA-TODOS PELA EDUCAÇÃO do governo Jacques Wagner.

Metalúrgicos ABC:

Trabalhadores da ala 4 param contra o consórcio modular (empresa terceira realizando trabalho na produção da Volkswagen)

O Nossa Classe ouviu o Neto representante na ala 2 e 4 (Oposição Chapa 2) sobre essa luta e sua suspensão de 15 dias.

Nossa Classe: Qual foi a razão da paralisação?

Neto: Tudo começou quando a Volks colocou 2 trabalhadores de uma empresa terceira para fazer o retrabalho de uma peça do Pólo/Fox na linha de produção (finish I).

Nossa Classe: A Volks informou vocês que iria colocar os terceiros na linha de produção?

Neto: Não. Só ficamos sabendo quando passamos na produção e vimos os companheiros de terceiros.

Nossa Classe: Ao tomar conhecimento do fato o que vocês fizeram?

Neto: Marcamos reunião com a gerência da área, Relações Trabalhistas e o Supervisor da Qualidade para saber o porque dos terceiros na produção.

Nossa Classe: Qual foi a explicação da fábrica?

Neto: O Supervisor da qualidade informou que os terceiros pertenciam à empresa Racing (prestadora de serviço), que havia sido contratada pela Autometal empresa que fabrica a peça. Segundo ele a peça estava com problema de qualidade (rebarba), e este retrabalho deveria ser feito na linha de produção pela empresa terceira.

Nossa Classe: O que vocês da comissão responderam?

Neto: Respondemos que não iríamos concordar com qualquer empresa terceira realizando trabalho na produção.

Nossa Classe: Qual foi o resultado da reunião?

Neto: A empresa pediu um prazo para retirar os trabalhadores terceiros da linha de produção. O prazo foi dado e ficou acertado nessa reunião que eles não colocariam mais nenhuma empresa terceira para realizar trabalho na produção. No dia 21 de abril a gerência retirou a empresa terceira.

Nossa Classe: A empresa cumpriu o que havia acordado sobre não colocar mais terceiros na produção?

Neto: Não. No dia 25 de abril ao passar na produção já existiam mais três companheiros de uma outra empresa terceira realizando retrabalho na linha de produção do Pólo/Fox, agora no (finish II).

Nossa Classe: O que vocês da comissão fizeram?

Neto: Conversamos com os companheiros terceiros, explicamos o problema e marcamos uma nova reunião com a gerência, RT e o supervisor da qualidade.

Nossa Classe: O que aconteceu nessa nova reunião?

Neto: Mais uma vez o supervisor da qualidade argumentou que existia uma peça com problema e que a empresa que fornece a peça, dessa vez a Usipartes, havia contratado a JL para fazer o retrabalho. Nós reafirmamos o que havíamos dito na reunião anterior, ou seja, que não iríamos aceitar nenhuma empresa terceira realizando trabalho na produção.

Nossa Classe: Que proposta vocês da comissão de fábrica apresentaram para resolver o problema?

Neto: Apresentamos duas propostas. A primeira é que se o retrabalho precisa ser feito na linha de produção, a Volks deve contratar os companheiros terceiros com salário igual aos trabalhadores da Volks; ou então que o retrabalho seja feito na empresa que fornece a peça.

Nossa Classe: Qual foi a resposta da Volks?

Neto: A gerência informou que a Volks não poderia pagar pelo o retrabalho. E mais, informaram ainda que a empresa terceira iria continuar fazendo o retrabalho na produção e que sempre que fosse necessário fazer um retrabalho ela colocaria terceiros na produção.

Nossa Classe: A reunião então acabou sem acordo?

Neto: Sem dúvida. Depois disso não tinha mais o que conversar. Informamos apenas que convocaríamos uma assembléia com os trabalhadores, apresentaríamos o problema e iríamos organizar a luta contra o objetivo da Volks de implantar o consorcio modular (empresas terceiras realizando trabalho na produção). Foi o que fizemos no dia 26 de abril.

Nossa Classe: O que foi aprovado na assembléia?

Neto: Realizamos assembléia com os trabalhadores do primeiro turno, apresentamos o problema e toda a discussão que havia acontecido com a empresa sem acordo. Alertamos os trabalhadores que não poderíamos concordar com o argumento da empresa de que o retrabalho não pode ser feito pelos trabalhadores da Volks. Não poderíamos aceitar o argumento da empresa porque se não fizéssemos a luta, hoje ela colocaria três dizendo que é para fazer retrabalho, amanhã ela colocará mais dizendo que é para fazer funilaria, depois para fazer ajuste, depois para pontear, soldar etc. Denunciamos que o objetivo da empresa é implantar o consorcio modular, ou seja, a empresa que fornece a peça monta, retrabalha, faz ajuste, funilaria etc. Portanto deveríamos cortar o mal pela raiz lutando agora contra o objetivo da empresa de colocar empresas terceiras na produção, pois hoje ela coloca três, amanhã 10, depois 50, no final ela terá substituído todos os trabalhadores da Volks por terceiros ganhando uma miséria. Para se ter uma idéia esses

companheiros ganham em média R\$ 450,00 reais e realizam o mesmo trabalho que os trabalhadores da Volks, que ganham R\$ 2.800,00 em média. Depois de toda argumentação informamos que nossa proposta era a paralisação por tempo indeterminado. O objetivo da luta era a contratação dos terceiros pela Volks ou que o retrabalho fosse feito na empresa que fornece a peça.

A paralisação foi aprovada por unanimidade.

Nossa Classe: O que aconteceu depois?

Neto: A empresa como sempre colocou os encarregados, RT e seguranças para intimidar os trabalhadores, pressionando para que voltassem ao trabalho. Depois de uma hora de paralisação e muita pressão da empresa alguns trabalhadores começaram a trabalhar. Nós da comissão de fábrica percebendo que havia um setor trabalhando e outro parado, ou seja, que havia uma divisão, para não perder o controle da situação chamamos todos os trabalhadores para uma nova assembléia para reorganizar o movimento. Na assembléia falamos mais uma vez sobre o problema, sua gravidade e a necessidade de continuar a luta. Deixamos claro também que a luta tinha que ser de todos, todos tinham que ficar parados, não poderíamos aprovar a luta como foi feito, e depois uma parte trabalhar e outra ficar parada. Reafirmamos que a luta deve ser unificada e que era preciso firmeza de todos os trabalhadores para não aceitar pressão da chefia.

Em seguida colocamos mais uma vez em votação a continuidade ou não da paralisação. Cerca de 30% votou em retornar ao trabalho. 5% para continuar parado. E a maioria se absteve.

Nossa Classe: E no segundo turno o que aconteceu?

Neto: Fizemos assembléia com os companheiros do segundo turno, falamos sobre o problema, a necessidade de lutar para impedir o objetivo da empresa de implantar o consorcio modular, ou seja, usamos todos os argumentos da assembléia do primeiro turno. Informamos sobre o que havia acontecido no primeiro turno, que havia parado 1 hora e depois retornado ao trabalho, a pressão da Volks sobre os trabalhadores etc. Em seguida colocamos para os companheiros do segundo turno que devido o retorno ao trabalho do primeiro turno, para não dividir os trabalhadores, não iríamos colocar em votação a paralisação no segundo. Informamos que o problema continuava, que nós da comissão de fábrica não temos acordo com empresas terceiras realizando trabalho na produção e que iríamos reorganizar o movimento, conversando com cada um dos trabalhadores do

primeiro e do segundo turno da ala 4 e, agora também com os companheiros da ala 2 sobre a necessidade de continuar a luta contra o objetivo da Volks de implantar o consórcio modular. Informamos também que iremos continuar conversando com cada um dos trabalhadores das alas 2 e 4, e que o objetivo será realizar uma assembléia unificada com os trabalhadores das duas alas para continuar a luta, fazendo a paralisação da produção e uma passeata por todas as alas. Desta forma poderemos fazer com que o movimento que começa nas alas 2 e 4 se estenda para as outras alas, parando toda a fábrica. Deixamos claro também que os trabalhadores não podem temer ou se intimidar com a pressão dos encarregados, do RT, da segurança ou qualquer chefe. Os trabalhadores devem ter em mente apenas que a luta é contra o objetivo da Volks de implantar o consórcio modular.

A tarefa que está colocada é a de unidade dos trabalhadores da Volks e os companheiros terceiros em defesa da contratação de todos os terceiros pela Volks. Os terceiros fazem o mesmo trabalho que os trabalhadores da Volks e ganham em média R\$ 450,00. Temos que defender: Trabalho igual – Salário igual. Esta é a única forma de acabar com a divisão que a Volks quer fazer entre os trabalhadores.

Nossa Classe: O que vocês consideram necessário para conquistar essa reivindicação?

Neto: A unidade e a disposição de luta dos companheiros da Volks e dos trabalhadores terceiros é o mais importante para que possamos impor a contratação dos terceiros. Não podemos aceitar o que vem acontecendo nos últimos anos, ou seja, que a Volks continue terceirizando, demitindo os trabalhadores e contratando empresas terceiras que pagam uma miséria para os trabalhadores. Se os trabalhadores terceiros realizam o mesmo trabalho dos trabalhadores da Volks, temos que lutar para que ganhem o mesmo salário. Esta é a única forma de combater as demissões dos trabalhadores da Volks e a superexploração dos companheiros terceiros que também são vítimas do processo de reestruturação que vem sendo imposto pelos patrões e que tem contado com a ajuda da direção pelega do sindicato (chapa um).

Nossa Classe: E sobre sua suspensão o que você tem a dizer?

Neto: Advertência, Suspensão, demissão isso tudo são formas que a empresa usa para tentar impedir que os trabalhadores lutem em defesa de suas reivindicações e contra seu ataque. A força para combater as demissões, as suspensões, as perseguições políticas e todo o ataque da empresa está na ação e luta coletiva dos trabalhadores. A perseguição da empresa não nos intimida e os trabalhadores também não podem se intimidar. Durante toda a história de luta da classe operária, muitos trabalhadores morreram, foram presos e perseguidos lutando contra a exploração ca-

pitalista. Hoje temos que lutar ainda mais. Não podemos aceitar pacificamente que a empresa continue demitindo e retirando nossos direitos. Tenho consciência, e todos os trabalhadores devem ter, que precisamos lutar para impedir o ataque da Volks e impor nossas reivindicações.

Nossa classe: Você acha que sua suspensão tem a ver com a perseguição aos sindicalistas?

Neto: Não a todos os sindicalistas, somente aqueles que como nós da Oposição não concordam e organizam os trabalhadores para combater os acordos de demissão, terceirização, redução de salários e direitos que vem sendo feito nos últimos anos. Digo isso porque a direção do sindicato e os representantes da chapa um, sempre que a Volks apresenta um acordo de demissão e retirada de direitos, vão para as áreas defender e colocar medo nos trabalhadores para que não lutem.

Nossa Classe: Você acha que a empresa está preparando sua demissão?

Neto: O objetivo dela é esse, colocar pra fora todos aqueles que organizam os trabalhadores para lutar contra seu plano de reestruturação. Isso aconteceu com os companheiros Rogério e Biro-Biro diretores do sindicato eleitos pela oposição, que foram demitidos pela empresa e estão a mais de 50 dias acampados na porta da fábrica. Os companheiros foram demitidos porque nós da Oposição no ano passado fizemos a luta contra o acordo de demissão e retirada de direitos que foi defendido e aprovado pela direção do sindicato.

Nossa Classe: E a direção do sindicato o que tem feito?

Neto: Nada. Os companheiros Rogério e Biro-Biro quando foram demitidos, antes de fazer o acampamento, procuraram a direção do sindicato para saber se eles iriam ajudar na luta contra as demissões e pela sua reintegração. A resposta da direção do sindicato foi a de que não poderia fazer nada. Segundo eles a empresa poderia demiti-los. E nada fizeram realmente, tanto é verdade que até hoje a direção do sindicato não colocou uma linha na Tribuna Metalúrgica sobre a demissão dos dois companheiros e sobre o ataque que a empresa está fazendo a organização dos trabalhadores. Os companheiros estão acampados lutando por sua reintegração e também para mostrar a necessidade de combater as demissões que estão acontecendo na Volks e em todas as fábricas.

Nossa Classe: Porque você acha que a direção do sindicato não faz nada contra as demissões que estão acontecendo em todas as fábricas e a reintegração dos diretores demitidos?

Neto: As demissões estão acontecendo porque aqueles que estão na direção do sindicato há muito tempo deixaram de defender os interesses dos trabalhadores e passaram a defender os interesses dos patrões, ou seja, mudaram de lado. A direção do sindicato abandonou o método de luta da classe operária que são as assembléias gerais, as greves, as

manifestações de rua como única forma de conquistar as reivindicações, combater as demissões e o ataque dos patrões. A política da direção do sindicato hoje é de parceria com os patrões.

A direção do sindicato não faz nada sobre a demissão dos companheiros Rogério e Biro-Biro e a perseguição aos membros da Oposição porque em de maio vence o mandato da comissão de fábrica. Eles sabem que os trabalhadores estão revoltados por que eles defenderam no ano passado o acordo de demissão e retirada de direitos. Por isso eles não querem fazer a eleição agora. Primeiro a direção do sindicato juntamente com a empresa quer colocar todos da Oposição pra fora, para só depois fazer a eleição. Desta forma ficaria apenas a chapa um ajudando a empresa demitir e retirar direitos dos trabalhadores.

Para que isso não aconteça os trabalhadores precisam se organizar em todas as alas, lançarem-se candidatos, tomar em suas mãos a tarefa de expulsar os representantes pelegos da comissão de fábrica e construir uma comissão de luta, democrática, independente e classista.

Nossa Classe: O que os trabalhadores devem defender para combater todos esses problemas?

Neto: Fim dos acordos de demissão, terceirização, Consórcio modular, Banco de horas, redução de salários e direitos que só beneficiam os patrões.

-Unidade de todos os trabalhadores da Volks e os terceiros em defesa da contratação de todos os terceiros pela Volks. Trabalho igual – salário igual.

-Assembléia geral de todos os metalúrgicos do ABC em defesa da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão de todas as horas produzidas entre empregados e desempregados, sem redução de salários.

-Campanha salarial unificada de todos os metalúrgicos do ABC, em defesa de um salário mínimo vital que atenda as necessidades dos trabalhadores e suas famílias e que seja calculado pelas assembléias de trabalhadores.

-Fim das perseguições políticas, reintegração dos diretores e trabalhadores demitidos, direito irrestrito de greve e de organização dos trabalhadores.

É importante entender também que ao lutarmos por nossos empregos, salários e direitos estamos lutando contra o sistema capitalista, que não tem como garantir emprego a todos os trabalhadores. a tarefa histórica da classe operária e demais oprimidos é a de destruir o capitalismo e construir uma sociedade socialista, sem propriedade privada, sem exploradores e explorados, uma sociedade onde a classe operária e demais oprimidos tenham em suas mãos o controle dos meios de produção. Desta forma poderemos produzir e distribuir a riqueza coletivamente. Essa é a tarefa que está colocada aos trabalhadores do mundo inteiro, destruir o capitalismo e construir o socialismo.